



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI — N.º 110

SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1971

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 122.ª SESSÃO, EM 9 DE SETEMBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Leandro Maciel — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Tóres — Benedito Ferrelira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Accioly Filho — Celso Ramos — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER

N.º 391, de 1971

Da Comissão Diretora

Sobre o Requerimento n.º 173, de 1971, de autoria do Sr. Senador Ney Braga, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Ministro do Exército, respondendo à saudação que, em nome da Marinha e da Aeronáutica, foi feita pelo Ministro Adalberto de Barros Nunes.

Relator: Sr. Petrônio Portella

Com fundamento no art. 234 do Regulamento Interno, o eminente Senador

Ney Braga requer a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Senhor Ministro do Exército, respondendo à saudação que, em nome da Marinha e da Aeronáutica, foi feita pelo Senhor Ministro Adalberto de Barros Nunes.

2 — O documento a que alude o requerimento é, aparentemente, de cunho exclusivamente militar: resposta do Ministro do Exército à saudação que lhe dirigiram colegas da Marinha e da Aeronáutica, no Dia do Soldado.

Entretanto, encarado em profundidade, o discurso em aprêço transborda dos quadros restritos das Forças Armadas para se espalhar, em sua repercussão, por todos os setores da vida nacional.

É que está em jogo a figura extraordinária de Luis Alves de Lima e Silva, militar com todas as grandes virtudes civis e civil com todas as grandes virtudes do soldado, e que, se de um lado, é reconhecido Patrono do Exército, por outro, é proclamado o verdadeiro Consolidador da Pátria.

Caxias não coube nos quadros profissionais, superou essa contingência e se projetou, na História Pátria, como um vulto gigantesco, de modo que jamais poderemos limitá-lo à condição de mero guerreiro — por maior que tenha sido, como o foi, — antes teremos, sempre, de situá-lo na universalidade de seus predicados e de sua conduta de patriota que serviu ao Brasil de maneira multiforme.

Valente, leal, probo — Caxias não foi, apenas, um exemplo de Soldado, mas, também, um exemplo de cidadão, um exemplo de estadista — e, por isso, mais do que Patrono do Exército, ele pode ser considerado um verdadeiro Patrono da Nacionalidade.

Dessarte, o discurso do Ministro do Exército, em resposta à saudação que lhe fizeram os Ministros da Marinha e da Aeronáutica, é mais do que um documento militar.

Afora isso, enfocando o discurso do General Geisel em si mesmo, veremos que há motivos suficientes para considerá-lo uma peça de alto teor cívico, digno de perpetuar-se nas páginas dos Anais desta Casa.

Diz, por exemplo, o Ministro do Exército: "Não somos surdos. Não somos espectadores do destino da nacionalidade, mas participantes responsáveis na edificação de sua grandeza, e nossa contribuição nada concede, na intransigente determinação de manter a ordem, na indormida vigilância que proporciona segurança à obra fecunda do desenvolvimento brasileiro.

Assim ocorreu em 31 de março de 1964, quando evitamos o caos, impedimos a desordem, fizemos refluir a invasão da ideologia comunista repudiada pela índole de nossa gente, quando deflagramos uma revolução democrática para reformar, sanear, construir e desenvolver."

Realmente, o Brasil, às vésperas da Revolução de 64, estava às margens da anarquia. As forças totalitárias da esquerda, estimuladas de todas as maneiras, ameaçavam transformar o Brasil em nova República soviética.

E as nossas Forças Armadas do mar, de terra e do ar, tal como em 1935, quando da intentona comunista, e em 1937, quando da intentona integralista, e tal, sobretudo, como na última Grande Guerra, quando contribuíram decisivamente para livrar o mundo do monstro nazista, novamente se puseram em campo para defender a democracia — único regime digno de ser vivido por um povo livre e digno.

Só essa exaltação do sentido democrático da Revolução de 64, tão caro ao Parlamento, bastaria para acolher-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

mos com júbilo a sua patriótica oração, mas outros períodos há, nela, esplendidos — verdadeiras lições a aprender, verdadeiros caminhos a percorrer, verdadeiras metas a atingir por militares e civis, irmanados, porque a sua oração é um hino de brasilidade e nela estão contidas verdades que nenhum brasileiro — civil ou militar — pode esquecer, um minuto sequer.

“Sabemos — diz o General Geisel — que de nada vale o esforço de toda a Nação se não ficar, para as gerações que nos sucedem, para os dias de paz e prosperidade que queremos legar aos nossos filhos, uma invulnerável e duradoura estrutura, alicerçada na justiça social e na convivência fraterna dos países que merecem a nossa amizade, em clima onde cada povo respeite a forma dos outros viverem.”

Essa “duradoura estrutura” — que só pode ser a democrática, pois as estruturas totalitárias, desumanas, mais cedo ou mais tarde se desmoronam — há, como salienta o orador, de alicerçar-se na justiça social — isto é, nos princípios cristãos que informam a democracia social, modelo político brasileiro em gestação — e há, também, de se fazer válida num continente fraterno, ideal brasileiro simbolizado em Rio Branco e pelo qual sempre lutamos.

Em síntese, o discurso do Ministro do Exército, cuja transcrição nos Anais do Senado ora se requer, representa um trabalho notável, principalmente pelo seu alto sentido político, e, assim pensando, opinamos favoravelmente ao Requerimento n.º 173/71.

Sala da Comissão Diretora, em 9 de setembro de 1971. — **Petrônio Portella**, Presidente e Relator — **Carlos Lindeberg** — **Ruy Carneiro** — **Clodomir Milst** — **Renato Franco**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está finda a leitura do expediente.

Comunico aos Srs. Senadores que S. Ex.^a, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, visitará o Senado, hoje, sendo recebido no Salão Negro, às 16 horas.

Convido os Srs. Senadores a prestarem homenagem ao ilustre visitante.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Sociedade Americana de Imprensa, de tantas tradições, acaba de distribuir os seus prêmios anuais. É com orgulho que constatamos ter o Brasil sido distinguido com a primeira de todas as honrarias. O escolhido foi o jornalista Carlos Castello Branco, comentarista político desse jornal, o *Jornal do Brasil*, que é exemplo continental de um jornal bem feito e de uma extraordinária equipe.

O Sr. Daniel Kriger — Permita-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra, recebo o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Daniel Kriger — Congratulo-me com a Sociedade Americana de Imprensa pela homenagem prestada ao jornalista Castello Branco.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a O seu aparte vem honrar o discurso que estou pronunciando. (Lê.)

Congratulo-me com o País pelo Prêmio concedido a Carlos Castello Branco, uma das maiores figuras do jornalismo brasileiro de todos os tempos e, sem dúvida, o maior dos comentaristas diários da nossa imprensa! Talento extraordinário, caráter incor-

ruptível, isenção tão fria que nem a mais afetiva amizade faz transgir, sua ação no dia-a-dia do jornal, extrapola para ser uma atividade de excepcional importância cultural, no setor da sociologia política.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra.

O Sr. Nelson Carneiro — Pediria que V. Ex.^a incorporasse ao seu discurso a solidariedade do Movimento Democrático Brasileiro à justa homenagem que ora presta ao jornalista Carlos Castello Branco.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Ruy Santos — Sou igualmente, como V. Ex.^a, um velho amigo e grande admirador de Carlos Castello Branco. Na nossa vida de políticos, podemos divergir, aqui e ali, dos seus pontos de vista, mas temos de reconhecer a honestidade e a lisura com que esse grande jornalista brasileiro — como V. Ex.^a acentuou, um dos melhores, senão o melhor comentarista político, no momento — utiliza a pena a serviço da sua ideia.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado, nobre Senador.

(Retomando a leitura.)

Poder de síntese, extraordinária capacidade de análise, Carlos Castello Branco honra a profissão de jornalista a que se dedicou de corpo e alma, com a mais presente de todas as coragens, a de dizer o que pensa.

Dele podemos discordar, muitas vezes duramente criticados, mas não podemos jamais negar a importância do

seu talento para a vida e interesse dos nossos diários. Quando se escrever a história do jornalismo brasileiro, Carlos Castello Branco terá um lugar reservado entre os maiores, pelo seu valor profissional, pela capacidade de atualização e modernização e pelo poder de, ao lado de Odilo Costa Filho, o Papa, Pompeu de Souza, Mino Carta, Samuel Wayner e Moacyr Padilha, introduzir novas técnicas acompanhando o Brasil, nesse setor.

Assim, Sr. Presidente, ao congratular-me com Carlos Castello Branco, congratulo-me com o jornalismo brasileiro.

Nunca é demais repetir Voltaire quando diz que podemos não concordar com aquilo que os outros dizem, mas devemos defender o direito de dizer.

O verdadeiro jornalista não é contra nem a favor, na concepção simplista da tomada de uma atitude. Ele é o analista frio dos fatos e o sentido do justo. Suas feridas podem coçar todas as manhãs, mas elas têm por finalidade o testemunho do fato para a posteridade, com todas as suas paixões, seus afluentes culturais, que são o caldo da realidade.

Homenageio, assim, aqui no Senado, um jornalista que sempre honrou a sua profissão pela seriedade, talento e caráter, honrando nosso País, o Brasil! (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Com a palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, na oração inicial, em que coube definir, no pórtico da legislatura, a posição da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, acentuei que, exatamente por sermos poucos, "muito poucos, não teremos vagares para queimar incenso no altar do Governo. Nem esta é a nossa missão. Não somos bastantes para decidir. Não representamos um terço desta Casa para sugerir emendas constitucionais ou constituir comissões parlamentares de inquérito. Os pedidos de informações agora são permitidos em regra sobre projetos em curso. Cabe-nos somente, na vigência da Carta Constitucional outorgada pela Junta Militar, indagar, apenas indagar".

Fizemos então várias perguntas, que até hoje não lograram resposta. Ninguém sabe, por exemplo, quanto custou à Nação a aventura do famoso Plano de Saúde, agora irremediavelmente atirado às urtigas. Por maiores debates que haja suscitado, a Nação não conhece ainda os nomes dos responsáveis pelo fragoroso desastre da ponte Rio-Niterói e, acrescento, o da ponte de Brasília. O projeto de revogação do famigerado Decreto-lei

n.º 477 pena nas Comissões desta Casa, sem que o Plenário o examine.

Mas nem tudo, Sr. Presidente, tem sido silêncio. O ilustre Senador João Cleofas já traçou, nesta tribuna, as dificuldades do Nordeste, na eloquência de números incontestados. Após oferecer o quadro de incentivos fiscais por opções, difusa o conspicuo senador pernambucano: "Esse quadro evidencia que até 1955 a SUDENE absorvia 90% do montante dos incentivos, passando a 80% em 1966, decrescendo para 75% em 1967, caindo para 62,5% em 1968, declinando para 59,8% em 1969 e reduzindo-se de modo sensível para 52,5% sobre o montante dos incentivos captados em 1970. Enquanto isso, está crescendo, no mesmo período, a parcela de incentivos para reflorestamento, turismo e SUDEPE. Nestas condições, tornou-se absolutamente inviável — continua o Sr. João Cleofas — a manutenção da taxa de crescimento industrial em proporção sequer aproximada àquela até agora verificada." E o nobre Senador Virgílio Távora, apartando com oportunidade, ajuntou que esses incentivos em 1971 baixaram a 47%. A julgar pela propaganda oficial, pareceria, Sr. Presidente, que os problemas do Nordeste já estariam a caminho de solução. Mas é ainda o eminente Sr. João Cleofas quem desfaz essa ilusão, ao esclarecer que até 31 de dezembro de 1970 a SUDENE havia aprovado 828 projetos industriais de pesca e telecomunicações para indústrias novas e modernização das existentes, mas, nos dez anos de existência daquela Superintendência, somente haviam sido implantadas 234 novas indústrias, apresentando-se 149 em fase de implantação e 190 em projeto. Quanto às modernizações, havia 56 realizadas, 71 em andamento e 128 programadas.

O Senado ainda guarda as palavras do impressionante depoimento do Senador João Cleofas, o que me dispensa de sublinhar outros tópicos, de igual relevância. Permita-me apenas, antes de aflorar problemas diversos, recordar outro trecho daquele notável pronunciamento:

"Através desse quadro, chega-se à evidência de que apenas 234 novas instalações industriais entraram em funcionamento nesses dez anos, o que dá uma média de 23,4 fábricas por ano para nove Estados. Admitindo-se uma média sobremodo elevada de 200 empregados por fábrica — é uma estimativa astronômica — vê-se a reduzida significação dos empregos criados."

O Sr. Ruy Santos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.ª transcreve trechos do eminente Senador João Cleofas. São dados concretos, mas o Senador João Cleofas, como todo bom nordestino — e S. Ex.ª é um deles — proclama os benefícios, advindos para o Nordeste, da política dos incentivos fiscais e da obra ali realizada pela SUDENE.

O SR. NELSON CARNEIRO — Senhor Presidente, inicie o meu discurso dizendo que os louvores cabem à nobre Bancada do Governo. A Oposição cumpre apenas ressaltar os equívocos e os desacertos, tão poucos somos nós para competir com os representantes da ARENA nos louvores ao Governo.

Mas não deixo de registrar, com a simpatia e o aprêço de um homem do Nordeste, também da Bahia, que, apesar dos equívocos aqui referidos, alguma coisa tem realizado a SUDENE e os próprios dados trazidos pelo Senador João Cleofas atestam essas realizações.

O Sr. Ruy Santos — Permite Vossa Excelência outro aparte? (Assentimento do orador.) — Eu queria apenas dizer a V. Ex.ª que a nossa posição, a minha e a do Senador João Cleofas, é diferente da de Vossa Excelência. Porque o Senador João Cleofas, apesar de integrante da ARENA, reconhece vantagens na SUDENE e apresenta falhas no próprio funcionamento do sistema, o que todos nós reconhecemos. O mundo não se fez num dia, ninguém pode mudar a estrutura do Nordeste num dia. Enquanto o Senador João Cleofas age assim, V. Ex.ª se apega apenas aos possíveis elementos negativos para se firmar neles. Nós não; nós nos apegamos aos negativos e aos positivos. E os positivos são bem superiores aos negativos.

O SR. NELSON CARNEIRO — Guardo aos ilustres representantes da ARENA a glória de cantar loas à obra governamental.

Como homem da Oposição, cumpre-me buscar, no depoimento insuspeito de um homem do Nordeste, dos mais credenciados, os elementos para essas considerações.

Aliás, quem visita, hoje, o Recife, vê seu povo mais pobre, mais necessitado do que nunca.

(Retomando a leitura.)

Tantos discursos têm sido feitos, Sr. Presidente, na Amazônia, que eueria lealmente que o primeiro de seus problemas, o da borracha, estivesse ao menos devidamente equacionado. Há até um Banco, que teria como função principal assistir os que trabalham e produzem naquela região. Mas desse lado e de lá engano acabou de me tirar os nobres Senadores Geraldo Mesquita, José Lindoso e Flávio Brito, que tanto exornam a Bancada da

ARENA nesta Casa. Quem financia a produção da borracha? O ilustre Vice-Líder da Maioria diz que até há bem pouco tempo o Banco do Brasil não a financiava, e não sabe se a situação foi modificada. E "as restrições eram profundas no Banco da Amazônia".

O honrado Sr. Geraldo Mesquita trouxe dados impressionantes. A participação da borracha no PIB, de 30,16% em 1963, baixara a 16,97% em 1969. O eminente Senador Flávio Brito conta que, juntamente com outros representantes da região amazônica, foi convidado para assistir a um pronunciamento do atual Superintendente na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. "Foi de estarrecer — informa aquele nosso prezado colega — o que ouvimos daquele funcionário. Estarrecer porque S. Ex.^a, naquela oportunidade, afirmava o volume de recursos que está economizando para — dizia ele, Superintendente — um projeto bem maior de desenvolvimento da borracha. Nós, da região, estamos acompanhando esse desenvolvimento anunciado, e podemos afirmar, como eu disse na Comissão, que se fôr assim, dentro de pouco tempo, no País, não teremos mais do que meia dúzia de toneladas de borracha."

Vale a pena reler o importante discurso do Senador Geraldo Mesquita, ilustrado pelos apêndices dos Senadores José Lindoso, Flávio Brito e Adalberto Sena, para que se acompanhe o drama da borracha, não só no Acre, como em toda a Amazônia, cuja redenção tem sido tantas vezes cantada em prosa e verso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda ontem no Senado ouvimos impressionante discurso do nobre Senador José Sarney.

Tive, naquele momento, oportunidade de referir-me à observação do nobre Senador Clodomir Milet ao visitar a Transamazônica.

Desejo incorporar ao meu discurso um trecho da oração do nobre e ilustre representante maranhense, porque retrata a maneira pela qual se vai tentando colonizar a região desbravada pela Transamazônica.

Dizia o nobre Senador Clodomir Milet:

"Sr. Presidente, para terminar, lamento apenas a ausência de um setor importante do Governo na Amazônia. Refiro-me ao Ministério da Saúde. Não se encontra, até agora, nenhuma medida prática do Ministério da Saúde naquela região. Ouço dizer que se compraram hospitais volantes para a região. Mas eu me refiro à medicina preventiva, à medicina profilática e não à medicina curativa. O Governo tem que tomar sérias providências para sanear a região. Sanear é vacinar

todo mundo que vai para lá, é prestar assistência aos colonos que vão para a Amazônia, é fazer as obras necessárias para que aqueles núcleos adensados de população, que aqueles núcleos que o INCRA está formando na Amazônia sejam saneados antes de povoados, antes que suas habitações sejam entregues aos colonos que ali vão morar."

Mais claras não são, por outro lado, as perspectivas do cacau baiano. Aqui mesmo o nobre Senador Heitor Dias disse das horas sombrias de seus produtores e exportadores, e, em momento de aflição maior, ajuntei minha palavra de solidariedade e minha súplica de providências ao Executivo.

Graves críticas tem sofrido, na outra Casa, o problema do café, e há quatro anos as contas do Instituto, ao que foi noticiado, não merecem aprovação do Tribunal de Contas da União.

Bem sei que a esses e outros reparos, simples indagações de um partido sem número para decidir, e sem meios de convencer aos que não querem ver, se opõem as risonhas afirmações do ilustre titular da pasta da Fazenda, esgrimindo os dados crescentes de nossas exportações e os índices sempre menores da taxa inflacionária. Sem acesso às fontes oficiais, a Oposição não pode contestá-los, mas se surpreende, como toda a Nação, com as taxas modestíssimas do aumento do custo de vida em face do que todos sentimos, a começar pelos gêneros de primeira necessidade. Recordava eu, recentemente, nesta tribuna, que a gasolina aumentara de preço às vésperas do salário-mínimo decretado a 1.º de maio. E, com a gasolina, tudo subira, de tal modo que, falando dois dias depois, eu poderia afirmar que o aumento se esvaira antes mesmo de recebido. A explicação era o dólar, que fazia flutuar, sempre para mais, a moeda brasileira. Eis que, na semana passada, a gasolina voltou a subir, e outra explicação se teve de buscar para a majoração, porque o dólar vive hoje horas de notória instabilidade. Como no Brasil a flutuação do dólar só serve ao cruzado quando é para cima, o valor de nossa moeda continuou o mesmo. Mas a vida vai crescer vertiginosamente, sem que se aumente o salário-mínimo, sem que se revejam os vencimentos dos servidores civis e militares.

Dúvida não há, porém, Sr. Presidente, de que somos hoje um bom pagador. Nossos credores enaltecem a pontualidade de nossos pagamentos. Mas a Nação não conhece quanto afinal está pagando de juros e comissões por tanta solicitude. Ainda agora a imprensa diária divulga — e a imprensa é uma das poucas fontes de informação a quem tem acesso a Minoria — que o relatório do Sr. Henry

Kearnes, Presidente do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, informa que, "não obstante o seu prestígio da pontualidade no resgate de suas dívidas, o débito brasileiro no exterior vem crescendo, tendo passado para US\$ 5,5 bilhões, durante os últimos dois anos e meio, havendo um aumento, no período, de US\$ 2,7 bilhões", ou sejam, quase 50% do total. Ao elogiar a política econômico-financeira adotada a partir de 1964, o EXIMBANK esclarece que o Brasil receberá ainda empréstimos adicionais no valor de US\$ 663 milhões.

Nosso desenvolvimento tem um alto preço, que a Nação vem pagando com sacrifício e nobreza, mas sem desconhecer que esse crescente endividamento lhe possa criar graves problemas no futuro. Por mais que o Ministro Delfim Netto minimize, é fora de dúvida que a nova política adotada pelo Presidente Nixon afetará nosso programa de exportações, mantida que seja a sobretaxa de 10%, se os demais países importadores acabarem por adotá-la, em defesa de sua economia.

Em meio a esse quadro, aqui descrito parcialmente, sem azedume nem desespero, o Ministro Jarbas Passarinho, em conferência pronunciada na semana passada em São Paulo, dizia, textualmente: "Em 1962, apenas 5,6% do orçamento federal era aplicado na educação. Após elevação gradual progressiva, conseguimos atingir o índice de 12,7%, o que constitui um recorde na história da República." Dados tão otimistas contrariavam, Sr. Presidente, outros publicados pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Realmente, o ilustre Deputado e Professor Aderbal Jurema, Presidente da Comissão de Orçamento daquela Casa, divulgara, no primeiro número da revista *Educação e Cultura*, os seguintes: "Em 1961, as despesas confiadas ao Ministério da Educação e Cultura, dentro da Lei de Meios, foram Cr\$ 27.963.912,00 para um total de Cr\$ 302.289.051,00, ou sejam, 9,25% das despesas orçamentárias da União. Em 1962, Cr\$ 48.551.683,00 para Cr\$ 573.536.277,00 (8,46%); em 1964, Cr\$ 205.614.027,00 para Cr\$ 2.110.256.660,00 (9,74%)."

O Sr. Benedito Ferreira — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Parece-me que V. Ex.^a contesta a afirmação do Sr. Ministro Jarbas Passarinho quanto ao índice percentual aplicado, em 1962, na Educação. V. Ex.^a contesta tal assertiva com base no que foi consignado no Orçamento. Perguntaria a V. Ex.^a quanto, realmente, foi pago, porque, na verdade, naquele período — V. Ex.^a lembra-se muito bem — o Orçamento, lamentável-

mente, era uma burla; era para ser lido mas não para ser usado. Na verdade consignavam-se cifras auspiciosas mas, na hora de se efetivar o pagamento, a coisa mudava de figura. Gostaria que V. Ex.^a nos informasse, efetivamente, o quanto foi pago ao Ministério da Educação, para que, assim, pudéssemos avaliar se é válida a contestação de V. Ex.^a quanto à afirmação de S. Ex.^a o Ministro da Educação.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu diria a V. Ex.^a o seguinte: aceito como válida a afirmação de V. Ex.^a de que, nos anos de 60, 61, 62 e 63, não eram pagos, integralmente, os créditos atribuídos ao Ministério da Educação. Não possuo elementos para fornecer a V. Ex.^a porque, tendo-me mantido sempre afastado dos governos, nunca tive oportunidade de saber quanto, realmente, o Governo aplicava dessas verbas.

Quero referir-me, apenas, aos dados da Revolução, aqueles que, certamente, devem ter sido cumpridos pela Revolução, porque estes são importantes na exposição que aqui faço.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não, com muita honra.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a está fazendo uma exposição de alta responsabilidade, embora se ponha a salvo das observações do Senador Benedito Ferreira, com a alegação de que não participa de intimidades de governos...

O SR. NELSON CARNEIRO — Nunca participei, aliás.

O Sr. José Lindoso — Entendo, porém, que este assunto não é de intimidade de governo; é matéria da pública administração e o seu conhecimento é uma questão de pesquisa, posto que se refere a assunto de aplicação de recursos orçamentários. É uma pesquisa que pode ser trabalhosa, mas pode ser feita, porque as contas são submetidas ao Tribunal de Contas e só isto nos fornece elementos públicos e dados exatos para o estudo. Corroborando na linha de pensamento do nobre Senador Benedito Ferreira, é preciso que se assinale que esta República viveu muito tempo com orçamento fictício. O grande esforço que se está fazendo é no sentido de ser implantada a verdade orçamentária. E essa verdade orçamentária não representa ou envolve aspecto puramente político embora contenha aspectos de uma política de governo. Envolve aspectos técnicos, no processo de elaboração, de levantamento de dados da perspectiva de gastos etc. É preciso, pois, que se faça esta assertiva como ressalva necessária na colocação do assunto objeto do debate.

O SR. NELSON CARNEIRO — Quero esclarecer a V. Ex.^a que, ao referir estes dados, de autoria do nobre Deputado Aderbal Jurema, Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, com a lealdade que caracteriza todas as minhas intervenções, declarei ao nobre Senador Benedito Ferreira que estes dados, até 1964, não representavam aplicação. Tanto que isto foi ressaltado no trabalho do Deputado Aderbal Jurema. Como o Sr. Ministro falou, no ano de 1962, busquei, exatamente, o texto que diz respeito à "transcrição", mas reconheço, e já o proclamei, respondendo ao Senador Benedito Ferreira, que nem sempre essas dotações orçamentárias eram realmente satisfeitas.

O Sr. José Lindoso — A praxe era do famoso plano de contenção.

O SR. NELSON CARNEIRO — Era o regime de contenção, planos de contenção, que tornavam até ridículas certas dotações, e nós, que atendemos a tantas solicitações de todo o Brasil, sabemos como essas dotações são ridicularizadas. Mas gostaria apenas de dizer que eu iria partir — porque S. Ex.^a começou — de 62, e, por acaso, o trabalho do Deputado Aderbal Jurema se iniciou em 61.

Não poderia referir-me aos dados sem que o fizesse em relação a todos, porque sei que o Senador Benedito Ferreira, amanhã, irá buscar esses dados para apontar deficiências do orador. Por isso, preferi ser exato e transcrevi o trecho inteiro do trabalho do Deputado Aderbal Jurema, naquilo que interessa, isto é, o cotejo de dados atribuídos nos diversos orçamentos. Mas estou de acordo, sempre o proclamei, fiz muitas críticas da tribuna da Câmara, e torno a fazê-las nesta oportunidade: os orçamentos, até 64, não eram cumpridos rigorosamente. Resta perguntar se foram sempre cumpridos depois de 64. Ai é que só os íntimos do Governo poderão responder.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex. vai-me permitir concluir: V. Ex.^a disse que não gozava da intimidade do Governo, e eu fico numa dúvida, agora, Senador Nelson Carneiro, porque ainda não consegui entender o que é Governo, principalmente no Senado ultimamente. Eu entendia que o Governo eram os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário —, e V. Ex.^a sempre na Oposição, tem feito parte, por consequência, do Governo. V. Ex.^a afirmou, no preâmbulo do seu discurso, que o MDB, com essa representação minoritária no Senado, não tinha condições de formular requerimentos de informações nem de propor CPI, emenda constitucional etc. Mas, àquela época em que V. Ex.^a diz não tinha intimidade com o Governo, se estivesse tão preocupado, na Oposição, em estar bem informado quanto a esses dados, naquela época

— repito —, V. Ex.^a não dependeria desse número, desse quantitativo que, hoje, reclama para formular requerimento de informações, isto é, poderia, como simples parlamentar, requerer e ter conhecimento, já que V. Ex.^a era Governo, embora na Oposição, mas Governo. Dai por que estou voltando ao tema, ao aparte, para que não fique dúvida quanto ao fato de que V. Ex.^a também é Governo, embora representando, para felicidade nossa, dos arenistas, uma minoria bem pequena do povo brasileiro. V. Ex.^a continua sendo Governo, como o foi no passado.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço e até me sinto um pouco Governo, depois que V. Ex.^a me convocou para as novas atividades. Homem que fez toda a sua carreira na Oposição, Sr. Presidente, sinto-me constrangido, neste novo quadro que se desenha diante de mim, traçado pelo nobre Senador Benedito Ferreira. Em todo o caso, não repudio: sejamos todos Governo até que possamos todos exaltar a obra do Sr. Presidente da República.

Continuo, Sr. Presidente. Dados tão otimistas contrariavam, outros publicados pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Realmente, o ilustre Deputado e Professor Aderbal Jurema, presidente da Comissão de Orçamento daquela Casa, divulgara, no primeiro número da revista *Educação e Cultura*, os seguintes: "Em 1961 as despesas confiadas ao Ministério da Educação e Cultura, dentro da Lei de Meios, foram .. Cr\$ 27.963.912,00 para um total de .. Cr\$ 302.289.051,00, ou seja, 9,25% das despesas orçamentárias da União. Em 1962, Cr\$ 48.551.683,00 para .. Cr\$ 573.536.277,00 (8,46%); em 1964 Cr\$ 205.614.027,00 para .. Cr\$ 2.110.256.660,00 (9,74%); em 1965 Cr\$ 417.968.106,00 para .. 3.774.962.795,00 (11,07%); em 1966 .. Cr\$ 457.431.563,00 para .. 4.719.085.180,00 (9,69%); em 1967 .. Cr\$ 604.644.282,00 para Cr\$.. 6.943.197.538,00 (9,70%); em 1968 .. Cr\$ 859.427.800,00 para Cr\$.. 13.590.786.118,00 (7,74%); em 1969 .. Cr\$ 1.236.645.300,00 para .. Cr\$ 16.332.698.100,00 (8,69%); em .. 1970 Cr\$ 1.293.189.400,00 para .. Cr\$ 19.703.368.000,00 (7,32%); em .. 1971 Cr\$ 1.556.154.300,00 para .. Cr\$ 26.738.768.000,00 (6,77%)."

Esclarece o nobre Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados que nesses totais não se incluem "as consignações com educação e tecnologia incluídas no orçamento do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral", como também as destinadas "ao ensino militar nas áreas dos respectivos Ministérios". Quadro elaborado pela Comissão de Orçamento, presidida pelo eminente Senador João Cleofas, informa que,

na proposta do Executivo para 1972, o Ministério da Educação figura, apenas, com 5,62% do total da despesa, o que conflita, infelizmente, com os 12,7 anunciados pelo ilustrado Ministério da Educação.

A Oposição sente-se, Sr. Presidente, perplexa diante de dados assim colidentes. Quais os da imaginação, quais os da realidade? Nossa missão é indagar. Aqui ficam algumas indagações, à espera dos devidos esclarecimentos. Todos os dias são cantadas as virtudes do Poder. Mas, ao que parece, nem tudo são flores, no Governo. Ou será que, nos canteiros do Executivo, só há rosas sem espinhos? (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se, por um lado, os traidores da nossa Pátria procuram difamá-la no exterior, se alguns políticos norte-americanos mal informados ou maldosamente intentam contra a honra e a dignidade do Brasil, aqui está, na primeira página do *Diário de Notícias*, em grande manchete

"Governo dos Estados Unidos da América reconhece e exalta o progresso do Brasil"

"O Secretário de Estado, William Rogers, descreveu, ontem, o Brasil como "um grande país, um país importante, que agora gasta mais na educação do que na defesa, que continua a crescer."

Ora, Sr. Presidente, S. Ex.^a, o Senador Nelson Carneiro, ao fazer o cortejo dos percentuais e as afirmações aqui da nota do Secretário William Rogers, não atentou que se falava "gastava-se mais na educação." Aqui não diz que é no orçamento da União.

E sabe-se, Sr. Presidente, que graças às providências do Governo Federal, graças à legislação federal, hoje, os municípios brasileiros são compelidos a gastar na educação vinte por cento da sua receita.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — Queria esclarecer que, ao redigir meu discurso, nem conhecia sequer as declarações do Secretário de Estado norte-americano. O discurso foi escrito com antecedência. Não se pode improvisar discursos dessa natureza. Quando li, hoje, as declarações do Secretário de Estado, achei que era meu dever de Senador da República o cuidado de aparar o que pudesse parecer uma contestação. Fui compelido a trazer esses dados, mas não respondi nem tinha a preocupação de responder ao

Secretário americano. Referi-me a declarações do Sr. Ministro da Educação numa conferência em São Paulo, que atribuía 12,7% destinados à Educação, quando realmente no Orçamento enviado ao Congresso figurava 5,6%. Não constitui, portanto, a minha intervenção qualquer resposta; nem foi insinuada, nem inspirada nas declarações do Secretário de Estado norte-americano. Era a declaração que queria fazer em resposta a V. Ex.^a

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Pois não.

O Sr. José Lindoso — Louvo V. Ex.^a pela oportunidade da colocação. No debate que nos causou tanta alegria, porque fizemos o jogo da verdade, sem nenhuma restrição mental com o Senador da Oposição, Líder da Minoria, nós nos circunscrevemos aos elementos da órbita federal. O ensino primário é da responsabilidade do Estado, como é o ensino médio, é V. Ex.^a, invocando a legislação que está sendo cumprida, em que há certos processos coercitivos para liberação de verbas, com relação à obrigação constitucional dos 20%, V. Ex.^a dá a dimensão exata do problema. A Nação está investindo em educação prioritariamente, liberando todo seu esforço para o ensino, nesse sentido. Eu parabeno V. Ex.^a pela colocação.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de lembrar ao ilustrado Senador, Líder da Oposição, que, em verdade, quando se fala em gastos em educação num país, há que considerar também, além dos gastos oficiais nas três escalas administrativas, no caso do Ministério da Educação, Secretarias da Educação dos Estados e Municípios, os gastos em educação em outros Ministérios de outras áreas, como é o caso do Ministério do Trabalho, que vem despendendo recursos enormes com bolsas de ensino.

Sr. Presidente, há um artigo que quero ler para que conste nos Anais da Casa, e que está estampado na primeira página do *Diário de Notícias* de hoje, e é da maior importância, como disse.

Ainda há poucos dias, tive oportunidade de usar a atenção generosa de V. Ex.^a para refutar, aqui neste Plenário, assertivas injuriosas feitas no Senado norte-americano pelo Senador Proxmire que, mal informado ou mal assessorado, o certo é que assacava contra a dignidade do Brasil.

Eis que agora, no Senado norte-americano, o Secretário do Departamento de Estado ali comparece e faz depoimento onde coloca — usando a linguagem do nosso caboclo — os "pingos nos is", para afirmar que o Brasil continua a crescer, que o Brasil es-

tá mais preocupado com a educação do que até mesmo com a sua defesa, que se faz cada vez mais urgente se considerarmos a ameaça perene, permanente, que desgracadamente paira sobre os povos livres.

Continua a nota do jornal:

Na mesma ocasião, o diretor da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), John Hannah, observou que os convênios com o Brasil vão terminando gradativamente, porque se aproxima do fim o seu período de maior necessidade. Os dois altos funcionários prestaram declarações no Senado, em audiências da Subcomissão de Verbas para Ajuda ao Exterior.

Posteriormente, falando da América Latina em geral, Rogers expressou que não desejava debater o caráter do Governo do Brasil, mas que, em termos gerais, é imprudente utilizar o programa de ajuda para represálias e ameaças. "Em nenhum caso jamais pudemos alterar a conduta de outro país mediante restrições no programa de ajuda" — disse Rogers. "Temos que ter cuidado com as críticas a outros países devido a políticas com as quais não concordamos". Insistiu em que o Brasil é um país que, "econômica-mente falando, deu grandes passos de progresso nos últimos anos". Hannah explicou que o progresso econômico do Brasil foi que levou os planejadores da ajuda ao exterior à convicção de que o programa econômico correspondente pode ser extinto gradualmente. Acrescentou que se poderia extingui-lo até fins do atual exercício financeiro, em 1.º de julho de 1972. (UPI)

Sr. Presidente, em que pêssem as aves de mau agouro, em que pêssem os pregoeiros do desânimo, em que pêssem as difamações que se fazem no exterior, eis que o Departamento de Estado norte-americano, como que até a responder àqueles insultos sofridos pelo Brasil, por componente do Senado americano, ali fez um depoimento, pondo por certo uma pá de cal nos que não querem, que não se conformam com a política de independência e de soberania que se instalou realmente em nosso País.

Sr. Presidente, devo concluir, com tranqüilidade e feliz, porque cada vez mais se acendra em mim a convicção de que, apesar dos pesares, apesar da maledicência, o nosso amado Brasil marcha célere para o seu destino de grande potência.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Virgílio Távora —

Wilson Gonçalves — Arnon de Mello — João Calmon — Nelson Carneiro — Emival Caiado — Antônio Carlos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 33 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número para deliberação.

Os dois primeiros itens da pauta dependem apenas de votação, ficando adiados para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1971 (n.º 8-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acórdão constitutivo do Instituto Internacional do Algodão, aberto à assinatura em Washington de 17 de janeiro a 28 de fevereiro de 1966, tendo Pareceres Favoráveis, sob n.ºs 376, 377 e 378, de 1971, das Comissões de Relações Exteriores; de Agricultura; e de Economia.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Por falta de *quorum*, a votação fica adiada para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 4

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre locações de imóveis ocupados por escolas, hospitais e hotéis, e dá outras providências, tendo Parecer, sob n.º 346, de 1971, da Comissão de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Em discussão o projeto quanto à juridicidade. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima Sessão, por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, encerro, a presente Sessão, designando

para a Sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 177, de 1971, de autoria do Senador Ruy Santos, solicitando a tramitação, em conjunto, dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 57, 59 e 78, de 1971.

2

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 181, de 1971, de autoria do Sr. Senador Dinarte Mariz, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1970, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais — SOS — com sede em Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1971 (n.º 8-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acórdão constitutivo do Instituto Internacional do Algodão, aberto à assinatura em Washington de 17 de janeiro a 28 de fevereiro de 1966, tendo Pareceres Favoráveis, sob n.ºs 376, 377 e 378, de 1971, das Comissões de Relações Exteriores; de Agricultura; e de Economia.

4

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre locações de imóveis ocupados por Escolas, Hospitais e Hotéis, e dá outras providências, tendo Parecer, sob n.º 346, de 1971, da Comissão de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR WILSON CAMPOS NA SESSÃO DO DIA 8 DE SETEMBRO DE 1971, QUE SE REPUBLICA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. WILSON CAMPOS (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nem sempre esta tribuna é o "muro das lamentações", em que desfilamos o rosário dos problemas insolúveis ou deprecamos pela urgência de difíceis soluções. Por vezes ela nos serve de porta-voz à satisfação de alegrias cívicas, de ensejo a congratulações dignas de audiência daqueles que não desacreditam da condução do País a honroso destino.

As vezes fatos que nos tocam especialmente, porque ocorridos nas fron-

teiras do nosso Estado, quanto mais não seja porque procuramos no convívio dos nossos pares também com-partir satisfações maiores.

Dois fatos, de igual valor para os pernambucanos, me trazem à tribuna do Senado, neste instante: a eleição do Dr. Hindenburgo Tavares Lemos para a presidência da Sociedade de Medicina de Pernambuco e a nomeação, pelo Presidente da República, acolhendo indicação do Ministro Jarbas Passarinho, do Professor Marclônio de Barros Lins para o cargo de Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

Um e outro valem, no conceito da classe médica do nosso Estado, pela dedicação verdadeiramente sacerdotal à sua profissão, pelo elevado espírito público com que têm exercido as mais elevadas missões e pelo incontestável teor cívico de suas atitudes.

A nomeação do Professor Marclônio de Barros Lins já se referiu, na tribuna da Câmara, o Deputado Carlos Alberto de Oliveira, assinalando:

"Estou certo de que o novo Reitor irá realizar uma grande obra no posto para o qual foi convocado, pelas qualidades e conhecimentos que não lhe faltam para desempenhar, com brilhantismo, a alta missão que lhe foi confiada em boa hora."

Na verdade, Senhor Presidente, trata-se de uma vida dedicada plenamente à medicina e ao magistério em nosso Estado. O seu *curriculum vitae* honra, ao mesmo tempo, o estudante emérito, o cientista de largo descortino e o catedrático renomado.

Nascido no interior de Pernambuco, no Município de Escada, conquistou, no ginásio do Recife, desde o ciclo primário até o término do secundário, as laureas de melhor aluno e, ainda ginásiano, já lecionava no Colégio Osvaldo Cruz, onde galgaria o cargo de vice-diretor. Na Faculdade de Medicina foi convidado, durante o curso, para auxiliar acadêmico do Laboratório de Análise. Formado em 1943, no ano seguinte era nomeado para o cargo de Assistente Médico do Laboratório de Análise, e, em 1945, médico-chefe do Departamento Médico do IPSP.

Tal dedicação ao magistério e à vida pública não o afastam da clínica, mas as crescentes atividades didáticas do Professor Marclônio Lins se acompanhavam de cursos de aperfeiçoamento, estágios científicos, administração universitária, cursos no exterior, participação em comissões julgadoras de concursos, congressos e reuniões nacionais e internacionais.

A sua escolha para a Reitoria vem encontrá-lo servindo ao Conselho Federal de Educação e como professor do curso de Bioquímica Avançada do

programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco e Vice-Reitor da mesma Universidade.

Nomeado, o Professor Marcionilo Lins foi levar, pessoalmente, ao conhecimento do Governador Eraldo Gueiros Leite o decreto presidencial, entendendo-se, imediatamente, com o Professor Fernando Filgueiras, Secretário de Saúde, sobre o que poderão ambos fazer pela melhoria das condições sanitárias do nosso Estado.

Desejo, agora, congratular-me com a classe médica pernambucana pela eleição, em pleito democrático, do Professor Hindenburgo Tavares Lemos

para a presidência da Sociedade de Medicina de Pernambuco.

Trata-se de autêntico líder, desde os bancos acadêmicos, quando representava, em 1940, sua turma no Diretório, compondo o seu Departamento Científico e secretariado, em 1942, a Revista de Medicina Acadêmica, ou presidindo, em 1944, a Sociedade Acadêmica de Medicina.

Conferencista emérito, detentor de prêmios e diplomas de mérito em congressos médicos, sócio efetivo e honorário de várias instituições científicas, chefe de clínica cirúrgica de di-

versas instituições hospitalares, professor de nomeada, dedicado também às pesquisas experimentais, seu curriculum vitae honra a classe médica de Pernambuco e do País.

Também o serviço público muito lhe deve e nele encontrou campo em que afirmasse invejável vocação cívica.

São dois motivos que me levam a congratular-me com Pernambuco, merecedores, por certo, de igual satisfação para quantos, nesta Casa, estimam ver o mérito dos nossos homens públicos reconhecido, premiado e exaltado. (Muito bem!)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 69, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n.º 1.186, de 27 de agosto de 1971, que "concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras, e dá outras providências".

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1971

Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, João Cleofas, Milton Cabral, Augusto Franco, Paulo Tórres, Mattos Leão, Celso Ramos e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Delson Scarano, Manoel Taveira, Manoel Novaes, Alfeu Gasparini, Airon Rios, José Alves, Alair Ferreira, Thales Ramalho, Walter Silva e Vinicius Cansanção, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 69, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n.º 1.186, de 27 de agosto de 1971, que "concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras, e dá outras providências".

Ausentes os Senhores Senadores Paulo Guerra, Arnon de Mello e Carvalho Pinto e o Senhor Deputado Gonzaga Vasconcelos.

Com base no § 2.º do art. 10 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Ruy Santos, que declara instalada a Comissão e determina providências para a eleição do Presidente e Vice-Presidente, convidando o Senhor Deputado Alfeu Gasparini para escrutinador. Procedida a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ruy Carneiro 15 votos
Deputado Manoel Taveira 2 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Arnon de Mello 10 votos
Deputado Manoel Novaes 7 votos

O Senhor Presidente em exercício declara eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senadores Ruy Carneiro e Arnon de Mello.

O Senhor Presidente, usando de suas atribuições, designa o Senhor Deputado Alair Ferreira para relatar a matéria e acata a indicação do funcionário Walter Manoel

Germano de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente lembra aos Senhores Congressistas que o parecer da Comissão deverá ser proferido respeitando-se o art. 110 do Regimento Comum.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e vai à publicação. — Senador Ruy Carneiro, Presidente — Senador João Cleofas — Senador Ruy Santos — Senador Milton Cabral — Senador Augusto Franco — Senador Paulo Tórres — Senador Mattos Leão — Senador Celso Ramos — Deputado Delson Scarano — Deputado Manoel Taveira — Deputado Manoel Novaes — Deputado Alfeu Gasparini — Deputado Airon Rios — Deputado José Alves — Deputado Alair Ferreira — Deputado Thales Ramalho — Deputado Walter Silva — Deputado Vinicius Cansanção.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Senador Arnon de Mello
Relator: Deputado Alair Ferreira

Senadores

Deputados

ARENA

- | | |
|-------------------|------------------------|
| 1. Ruy Santos | 1. Delson Scarano |
| 2. Milton Cabral | 2. Manoel Taveira |
| 3. João Cleofas | 3. Manoel Novaes |
| 4. Paulo Guerra | 4. Gonzaga Vasconcelos |
| 5. Arnon de Mello | 5. Alfeu Gasparini |
| 6. Augusto Franco | 6. Airon Rios |
| 7. Paulo Tórres | 7. José Alves |
| 8. Carvalho Pinto | 8. Alair Ferreira |
| 9. Mattos Leão | |
| 10. Celso Ramos | |

MDB

- | | |
|-----------------|-----------------------|
| 1. Ruy Carneiro | 1. Thales Ramalho |
| | 2. Walter Silva |
| | 3. Vinicius Cansanção |

CALENDÁRIO

Dia 3-9-71 — É lida a mensagem, em Sessão Conjunta; — Apresentação do parecer, pela Comissão Comum.

Dia 15-9-71 — Reunião para apreciar o parecer do Relator, às 16 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

PRAZO

Até dia 22-9-71, na Comissão Mista;

Até dia 26-10-71, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas
— 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Secretário:
Walter Manoel Germano de Oliveira — Telefone: 43-6677
— Ramais 313 e 303.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL PARA 1972**

O Presidente da Comissão do Distrito Federal, no cumprimento das prescrições insertas no art. 17, § 1.º, da Constituição da República Federativa do Brasil e em atendimento às disposições regimentais,

RESOLVE baixar as seguintes instruções a serem observadas durante os processos de discussão e votação da Proposta Orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1972:

1. Os Srs. Senadores poderão apresentar emendas de subvenção para entidades educacionais e assistenciais do DF, obedecidos os seguintes critérios:

a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

cota por Senador — Cr\$ 4.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade;

b) **SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS**

cota por Senador — Cr\$ 3.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade.

2. As emendas serão recebidas pelo Setor de Orçamento da Diretoria da Assessoria Legislativa (10.º andar do Anexo) e na Secretaria da Comissão do Distrito Federal (11.º andar do Anexo) impreterivelmente até o dia 28 de setembro, inclusive, em regime de horário integral.

3. As emendas deverão ser datilografadas em 5 (cinco) vias, em formulário próprio.

4. Não serão recebidas emendas que não contenham a assinatura do Senador nas 5 (cinco) vias.

5. No processamento e classificação das emendas serão observados os critérios fixados na Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções, e na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

6. Os trabalhos orçamentários obedecerão ao seguinte calendário:

a) 22 de setembro — término do prazo para a apresentação de emendas;

b) até 18 de outubro — apreciação, pela Comissão, dos pareceres sobre o projeto e emendas;

c) até 8 de novembro — encaminhamento do projeto, com as emendas, para apreciação do Plenário.

Comissão do Distrito Federal, em 3 de setembro de 1971. — Senador **Cattete Pinheiro**, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 79/DF, DE 1971****Proposta orçamentária do Distrito Federal para 1972****DISTRIBUIÇÃO DOS SENHORES RELATORES
POR UNIDADE ADMINISTRATIVA DO GDF**

Senador Saldanha Derzi:

Secretaria de Agricultura e Produção
Secretaria de Finanças
Receita e Texto da Lei

Senador Fernando Corrêa:

Secretaria de Serviços Sociais
Secretaria de Saúde
Secretaria de Serviços Públicos

Senador Adalberto Sena:

Secretaria de Educação e Cultura
Secretaria de Administração
Secretaria do Governo

Senador Osires Teixeira:

Secretaria de Viação e Obras
Secretaria de Segurança Pública
Polícia Militar do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Senador Antônio Fernandes:

Tribunal de Contas do Distrito Federal
Departamento de Turismo
Procuradoria-Geral
Gabinete do Governador

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1971. — Senador **Cattete Pinheiro**, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

MESA		LIDERANÇA DA MAIORIA
Presidente:	4º-Secretário:	Lider:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente:	1º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Vice-Presidente:	2º-Suplente:	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
1º-Secretário:	3º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2º-Secretário:	4º-Suplente:	Orlando Zancaner (ARENA — SP)
Clodomir Millet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Ruy Santos (ARENA — BA)
3º-Secretário:		LIDERANÇA DA MINORIA
Guido Mondin (ARENA — RS)		Lider:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Brito
Mattos Leão

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
Accioly Filho
Milton Campos
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Emival Caiado
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Arnon de Mello
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado

SUPLENTE

ARENA

Paulo Torres
Luiz Cavalcanti
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

MDB

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto Nelson Carneiro

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Torres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcanti

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guimard

Milton Trindade

Domício Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emival Calado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Paulo Tórres
Luiz Cavalcanti
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcanti
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito****Chefe: J. Ney Passos Dantas****Local: 11º andar do Anexo****Telefone: 43-6677 — Ramal 303**

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginalia (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consultente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

- | | |
|-----------------------------------------------------|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil | V |
| b) Legislação Complementar | CLXV |

II PARTE

- | | |
|---------------------------------------------------|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil | 1 |
| b) Julgamentos | 27 |

III PARTE

- | | |
|--------------------------------------------------|-----|
| a) Índice alfabético remissivo | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20